INTRODUÇÃO

A redescoberta da fraternidade na época do "terceiro 1789"

Antonio Maria Baggio

A Revolução Francesa, de 1789, proclama – entre os inúmeros "motes" que se sucedem nos cinco anos que transcorrem entre a convocação dos Estados Gerais e a reação termidoriana – também a célebre divisa "Liberdade, igualdade, fraternidade". Esse lema, porém, não era oficial; viria a sê-lo somente na República revolucionária de 1848. Atravessa, em seguida, inúmeras vicissitudes históricas, ora sendo esquecido, ora tendo momentos de fulgor, até voltar a se impor no final do século, com a vitória dos republicanos em 1879. O regime de Vichy deixa-o de lado, substituindo-o pelo lema "Trabalho, família, pátria"; mas continua sendo a divisa dos resistentes. Encontra, finalmente, um lugar definitivo no Art. 2º da Constituição de 27 de outubro de 1946.

Por que, então, ocupar-se tanto com os acontecimentos de 1789, se o aparecimento da trilogia naquela época foi tão passageiro? O fato é que a Revolução de 1789 constitui um ponto de referência histórico de grande relevância, porque, durante o seu andamento, pela primeira vez na Idade Moderna a idéia de fraternidade foi interpretada e praticada *politicamente*.

Claro, ao longo da história do Ocidente, profundamente influenciado pela cultura cristã, certa linguagem de fraternidade está continuamente presente, com uma vasta gama de nuanças quanto aos conteúdos do conceito: tanto o significado teologicamente

"forte" de fraternidade "em Cristo" quanto a uma miríade de manifestações práticas, que vão da simples esmola ao dever da hospitalidade e à fraternidade monástica – que pressupõe a convivência e a comunhão dos bens –, chegando a complexas obras de solidariedade social – as quais, especialmente nas Idades Média e Moderna, precedem os atuais sistemas do bem-estar social.

O que é novo na trilogia de 1789 é a fraternidade adquirir uma dimensão política, pela sua aproximação e sua interação com os outros dois princípios que caracterizam as democracias atuais: a liberdade e a igualdade. Porque, de fato, até antes de 1789 fala-se de fraternidade sem a liberdade e a igualdade civis, políticas e sociais; ou fala-se de fraternidade *em lugar* delas. A trilogia revolucionária arranca a fraternidade do âmbito das interpretações – ainda que bem matizadas – da tradição e insere-a num contexto totalmente novo, ao lado da liberdade e da igualdade, compondo três princípios e ideais constitutivos de uma perspectiva política inédita. Por isso, a trilogia introduz – ou, ao menos, insinua – um mundo novo; um novum que questiona inclusive o modo como o cristianismo entendera até então a fraternidade; um *novum* que é anunciado e logo em seguida decai, pelo desaparecimento, quase que imediato, da fraternidade da cena pública. Permanecem em primeiro plano a liberdade e a igualdade – geralmente mais antagônicas do que aliadas (antagonistas justamente por serem desprovidas da fraternidade) –, que, de algum modo, estão integradas entre si no seio dos sistemas democráticos; mas que se tornam também, em alguns lugares, sínteses extremas de duas visões de mundo, de dois sistemas econômicos e políticos que disputarão o poder nos dois séculos seguintes.

Liberdade e igualdade conheceram, assim, uma evolução que as levou a se tornarem autênticas categorias políticas, capazes de se manifestarem tanto como princípios constitucionais quanto como idéias-força de movimentos políticos. A idéia de fraternidade não teve a mesma sorte. Com exceção do caso francês, como

princípio político, ela viveu uma aventura marginal, o percurso de um rio subterrâneo, cujos raros afloramentos não conseguiam irrigar sozinhos, a não ser esporadicamente, o terreno político. Enfim, o pensamento democrático a respeito da fraternidade manteve-se em silêncio.

As coisas só começaram a mudar nas últimas décadas. O interesse dos historiadores pela Revolução certamente nunca desapareceu e, no contexto geral, eles também se ocuparam da divisa. No entanto, com a aproximação da data do bicentenário da Revolução de 1789, uma nova atenção passou a ser dada – e não só na França – tanto à trilogia no seu conjunto quanto, especificamente, à fraternidade. Alguns estudos particularmente significativos, publicados naquele período de redescoberta, salientam uma trajetória que ajuda a explicar o sentido que a abordagem da fraternidade em chave política assume hoje.

A primeira participação de certa importância nós a devemos a J. M. Roberts, que trata do tema da trilogia revolucionária no contexto de um número monográfico de uma revista dedicado à maçonaria (cf. Roberts, 1976, pp. 329-369). Roberts desenvolve um estudo substancialmente informado e equilibrado, no qual se ocupa tanto da trilogia revolucionária em si quanto da sua relação com a maçonaria. Sob esse aspecto específico, ele aceita fundamentalmente (acrescentando novos dados e reflexões) as conclusões a que chegou Béatrice Hyslop (cf. 1951, pp. 3-8) e, sobretudo, Robert Amadou. Este último, historiador de grande capacidade e profundo conhecedor da maçonaria em seu interior, havia dedicado, nos dois anos anteriores, alguns estudos importantes exatamente ao tema, excluindo a afirmação de que a invenção da trilogia fosse de origem maçônica (cf. Amadou, 1974-1975). Pontua Roberts: "Penso que a questão ainda continua no mesmo ponto onde os historiadores acadêmicos a deixaram" (*op. cit.*, p. 330). A importância do trabalho de J. M. Roberts consistiu em chamar a atenção para o problema da

trilogia, levando-o – embora por uma revista não muito divulgada, mas presente em muitas bibliotecas universitárias – para além da viva discussão que se estabeleceu no âmbito da maçonaria[1].

Logo depois do trabalho de Roberts vem a pesquisa conduzida, com o estímulo da Unesco, por G. Antoine. No final dos anos de 1970, a dez anos do bicentenário, pareceu pertinente perguntar em que medida os grandes ideais da Revolução – exemplificados pelos termos da trilogia – estiveram presentes na cultura dos dois séculos seguintes e se ainda eram vitais na Europa de 1989.

A pesquisa foi conduzida com a ajuda do Institut de la Langue Française, de Nancy – que pôs à disposição dos pesquisadores os levantamentos a partir dos quais foi elaborado o *Trésor de la langue française* –, e o Laboratoire d'Étude des Textes Politiques Français, da École Normale Supérieure, de Saint-Cloud. Esses dois Institutos dispõem de arquivos digitalizados de uma enorme quantidade de textos, que fornecem uma espécie de catálogo dos termos e das concordâncias atinentes à trilogia, no seio da literatura francesa a partir de 1789. É claro que somente a intervenção humana foi capaz de qualificar a pesquisa, mas o serviço oferecido pelos computadores estabeleceu, senão "o quê", pelo menos o "onde" das palavras que nos interessam, e ofereceu a Antoine (e também a todos aqueles que se ocupam do tema[2]) uma base para a pesquisa semântica propriamente dita. Aliás, Antoine, antes de "confiar nas palavras", selecionou *em quais* palavras confiar: a pesquisa sobre fraternidade foi integrada àquela sobre outros dois termos que, segundo ele, constituem variações da própria fraternidade, ou seja, "solidariedade" e "participação". Como se vê, já estamos diante de uma legítima, embora subjetiva, interpretação

1 Agradeço à sr.ª Irène Mainguy, arquivista da Bibliothéque du Grand Orient de France, de Paris, pela ajuda oferecida no decorrer das minhas pesquisas.

2 Cf., a respeito, *Travaux de lexicométrie et de lexicologie politique*, *apud* Antoine, 1976, pp. 35-79.

dos conteúdos da palavra fraternidade, na fase da orientação da pesquisa. Em 1981 o trabalho foi publicado (cf. Antoine, 1981), conduzido prevalentemente do ponto de vista da história da língua, mas rico de implicações para todas as demais perspectivas.

A propósito da questão sobre o desaparecimento da fraternidade, Antoine apresenta duas observações. De um lado, sustenta ele, a fraternidade

> sempre sofreu, aos olhos de muitos, com o excesso das suas ambições e com a vaga amplitude que disso decorre; a melhor ilustração desse perigo encontra-se na teoria das *Harmonias fraternas*, do excelente Bernardin de Saint-Pierre, englobando o homem, os animais e até os vegetais.

Do outro lado,

> o conceito de fraternidade tem poderosas raízes cristãs, que a impedem ser um sinal de reconhecimento geral. (Antoine, *op. cit.*, p. 134)

E acrescenta: seria preciso esperar o ano de 1848 para que o conceito de fraternidade encontrasse novos significados e amplo consenso.

De fato, com essas observações, Antoine apresenta justamente o problema da origem e dos significados da fraternidade: o "laço universal", ao modo de Saint-Pierre, revela-se, como é lógico, politicamente ineficaz; por outro lado, uma conotação mais precisa do conceito, com suas inevitáveis raízes cristãs, é rejeitada, pois colide com a concepção "republicana" de fraternidade, que iria se impor ao longo do século XIX. Assim, Antoine afirma que seria preciso entender a fraternidade como laço universal e dotado de conteúdos fortes, desde que não aqueles conferidos pelo cristianismo, do qual, no entanto, eles provêm. Mas a fraternidade "republicana" de 1848 – como também suas variantes sucessi-

vas – é igualmente uma interpretação de fraternidade; propõe-se como universal, mas de fato não o é. A Revolução de 1848 é o primeiro exemplo das várias tentativas, ocorridas na história dos dois últimos séculos, de se construir uma universalidade em torno de sucessivas re-interpretações (de qualquer forma, descristianizadas) do conceito de fraternidade.

Com a chegada do ano de 1989, percebe-se cada vez melhor a importância da trilogia e da fraternidade em seu contexto.

Num seminário realizado em 1988-1989, Jacques Derrida coloca no centro da análise justamente a relação entre fraternidade e democracia – dentro do jogo semântico que envolve os termos "irmão" e "amigo" – e a "problematicidade" e a "obscuridade" – com a simultânea inevitabilidade – da "linguagem da fraternidade":

> Onde está, então, o problema? Nisto: nunca deixei de me perguntar, e peço também que todos nos interroguemos, sobre o que se quer dizer quando se diz "irmão", quando se chama alguém de "irmão". E quando nisso se resume ou se subsume a humanidade do homem de modo idêntico à alteridade do outro [...]. É este o ponto: eu me pergunto, e peço que se interroguem igualmente: qual é a política implícita nessa linguagem? (Derrida, 1995, p. 360)

Em um breve, mas denso, ensaio, Giuseppe Panella sonda o terreno do que ele chama de "primeira pesquisa", que, infelizmente, ficou nisso. Mas suas vinte páginas conseguem abrir o leque da complexidade do conceito e dos seus múltiplos papéis históricos. Na conclusão, Panella parece estar convencido do papel não tanto de aplicação política, quanto de fundação relacional da fraternidade:

> ... diferentemente dos conceitos de *liberté* e *égalité*, a importância da "fraternidade" não é nem jurídica nem institucional e, conseqüentemente, sujeita, mais do que os ou-

> tros dois, aos abalos da política prática. Daí a necessidade de uma sua reconsideração e, provavelmente, de uma sua reavaliação de natureza não mais politológica, mas sim de base antropológica. (Panella, 1989, p. 160)

Para Alberto Martinelli, a trilogia é a sinalização de uma virada histórica:

> *Liberté, egalité, fraternité* [...] constituíram, durante dois séculos, o núcleo normativo e o critério interpretativo da sociedade moderna. Os três princípios não expressavam conceitos e aspirações radicalmente novos, mas se transformaram e se estenderam à ação coletiva, adquirindo um significado universal e definindo, com especial vigor sintético, o projeto moderno da sociedade desejável. (Martinelli, 1988, p. 57)[3]

A partir dessas considerações, compreende-se a necessidade de uma pesquisa histórica séria, que aprofunde os diversos significados que a fraternidade assumiu com a mudança das culturas e dos projetos políticos. E não faltam trabalhos desse ponto de vista – da história das idéias. Depois de Antoine, em particular dois autores franceses contribuíram para a "redescoberta" da fraternidade, por meio de obras de amplo alcance, que iam muito além das celebrações do bicentenário. Trata-se de Marcel David, autor, em 1987, de *Fraternité et Révolution Française* (David, 1987), seguida, em 1992, de *Le primptemps de la fraternité: Genèse et vicissitudes 1830-1851* (*Idem*, 1992); e de Michel Borgetto, com a sua tese de doutorado – um trabalho praticamente "definitivo" no

3 Não discutirei aqui a tese que Alberto Martinelli expõe em seu ensaio; limitar-me-ei a reproduzir sua convicção, com a qual concordo, a respeito da novidade histórica da trilogia no seu todo e a capacidade que ela conserva, ainda hoje, de interpretar a época iniciada em 1789.

âmbito da história constitucional francesa – *La notion de fraternité en droit public français: Le passé, le présent et l´avenir de la solidarité* (Borgetto, 1993); também confia-se a Borgetto um sucinto *"Que Sais-Je?"*, em *La devise "Liberté, Égalité, Fraternité"* (*Idem*, 1997), que de modo algum pode substituir as setecentas páginas da obra maior, mas é muito útil do ponto de vista didático. Seria preciso aguardar a abertura do novo milênio para encontrar pelo menos o início de outra reflexão séria sobre a fraternidade com relação ao ordenamento jurídico de outro país, a Itália[4]. Os historiadores, naturalmente, fizeram a parte deles, alguns entrando de maneira explícita nas questões ligadas à trilogia e à fraternidade, no contexto de uma tentativa de compreender a transformação das mentalidades. Por exemplo, Michel Vovelle (cf. 1982, pp. 277-330 [5]; 1985, pp. 201-215) e, sobretudo, Mona Ozouf (cf. 1988, pp. 731-740; 1989 [6]; 1976), com sua capacidade de trazer à luz toda a riqueza e urgência dessa investigação histórica.

Riqueza e urgência devidas à percepção, que cresce dia após dia, de uma espécie de "déficit" da reflexão política, de uma impotência desta, ao menos parcial, de abordar os problemas das democracias até hoje sem solução. Na verdade, as democracias deram alguma eficácia aos princípios da liberdade e da igualdade, mas é evidente para todos que esses princípios estão muito longe de sua plena realização. Aliás, a partir da década de 1960, que assistiu à agudização da contestação interna dos sistemas democráticos ocidentais, fortaleceu-se a corrente interpretativa marcada por uma grande desconfiança acerca da dimensão universal dos princípios democráticos, marcada pelo seu "enfraquecimento", a ponto de duvidar – é o problema posto, entre outros, mas com especial competência, por Robert

4 Refiro-me ao importante trabalho de Filippo Pizzolato (2001, pp. 745-806). Do ano seguinte é o de Eligio Resta (2002).

5 Em especial, alguns ensaios na quinta parte: *Y a-t-il des révolutions culturelles?* (pp. 277-330).

6 Em particular, as pp. 11-16 e o capítulo *La Révolution française et l'idée de fraternité*.

Dahl – da sua aplicabilidade fora dos pequenos agrupamentos, nas vastas sociedades políticas contemporâneas[7].

Em resumo, a dificuldade encontrada para se porem em prática os princípios leva à desconfiança e ao empobrecimento não só factual, como também definitório, dos seus conteúdos, sem que se perceba estar-se, desse modo, conformando em perder, como democratas, o grande desafio que a democracia lançara ao nascer e que constituía o sentido de sua existência: garantir a todos os cidadãos os direitos fundamentais, com base nos princípios universais e não no pertencimento a um grupo, a uma classe, a um lugar ou a uma raça. A atual discussão sobre a fraternidade parece um tribunal kantiano, que obriga a se comprovar "as possibilidades e os limites" dos outros dois princípios, ou seja, em outros termos, o caráter utópico ou realista da idéia democrática. Com razão, Roberto Mancini observa que

> é em relação ao valor e à exigência da fraternidade que se pode verificar a pretensão de universalidade da liberdade e da igualdade. Readmitir a fraternidade na razão política significa citar em juízo a pretensão de universalidade de qualquer ideologia ou projeto histórico. (Mancini, 1996, p. 160)[8]

7 Sobre esse ponto referente a algumas teses de Robert Dahl, remeto às considerações que desenvolvi em Baggio, 2003, pp. 162-173 (disponível em: www.antoniomariabaggio.it).

8 Mancini desenvolve um raciocínio sobre a fraternidade realmente interessante e profundo, sustentando que "é legítima a tese segundo a qual também a fraternidade tem credenciais para possuir uma importância política". Chega a considerá-la "um critério que exige a completa transformação da política como tal" (p. 176). Devo, porém, dissentir de Mancini quando declara que a fraternidade pode ser usada como critério "mais radical e original" do que o critério igualdade/desigualdade, proposto por Norberto Bobbio, para distinguir direita e esquerda (p. 174). Antes de tudo, do ponto de vista histórico: ao contrário do que escreve Mancini, não é historicamente sustentável atribuir a fraternidade à tradição política da esquerda, excluindo-a da direita, sobretudo se se olham não a fraternidade ideológica (pretensão de fraternidade) mas as formas reais que ela assumiu ao longo da história. Em segundo lugar, do ponto de vista da reflexão das ciências políticas, essa desqualificação da direita mediante a fraternidade não é sustentável à luz daquilo que o próprio Mancini argumenta, ou seja, que "a questão de uma convivência fraterna continua a ser inevitável para *qualquer* orientação política"; que a fraternidade deve se tornar "critério obrigató-

Também Ana Maria de Barros destaca a necessidade dessa "readmissão" da fraternidade. Seja porque aquilo que o ambiente acadêmico rejeita está adquirindo peso sempre maior nos circuitos alternativos às universidades, nos quais os novos fenômenos sociais se exprimem mais diretamente (cf. Barros, 2006, p. 54), seja porque, do ponto de vista da reflexão das ciências políticas, somente a "trilogia" no seu todo, com a relação dinâmica entre os três princípios, confere fundamento adequado às políticas dos direitos humanos (cf. *Ibidem*, p. 58).

Apenas cinco anos depois das amargas reflexões de Dahl, John Rawls, com *Uma teoria da justiça*, colocava em cena o que também poderia ser considerada uma tentativa de inserir elementos de fraternidade na estrutura fundamental da sociedade. De fato, a linguagem de Rawls dissimula a discussão sobre a fraternidade e, por isso, em geral a sua obra não aparece rubricada dentro do tema da trilogia. Mas não nos deixemos enganar: o próprio Rawls parece explicar isso, ao escrever que

> no confronto com as idéias de liberdade e de igualdade, a idéia de fraternidade sempre teve um papel secundário na teoria da democracia. Ela é pensada como um conceito especificamente menos político do que os outros, por não definir, de per si, nenhum dos direitos democráticos, mas incluir muito mais certas atitudes mentais e certas linhas de conduta, sem as quais se perderiam de vista os valores expressos por esses direitos. (Rawls, 1982, p. 101)

Como se vê, as palavras de Rawls não diminuem a importância da fraternidade, que ao menos parece consistir, nessa primeira

rio *tanto para a esquerda quanto para a direita*". A fraternidade, na minha opinião, é o que garante a sobrevivência e a qualidade de uma sociedade política, que funciona mediante suas diversidades, portanto, também mediante o jogo direita-esquerda. Direita e esquerda podem discutir a respeito de como realizar a fraternidade, mas ambas precisam inserir-se na perspectiva fraterna, "consubstancial" à democracia.

descrição, naqueles modos de ver e de agir capazes de conservar os conteúdos valorativos dos direitos, ou seja, a substância da vida segundo as regras da democracia. Para Rawls, a fraternidade inclui, além disso, a estima social, a superação das relações servis, "o senso de fraternidade cívica" e a "solidariedade social"; mas, conclui ele, "não expressa nenhum requisito definido". Rawls, então, cunha uma terminologia diferente e inicia um difícil processo de construção e definição dos princípios de justiça: porque – como a situação da fraternidade bem o exemplifica – "precisamos ainda encontrar um princípio de justiça que expresse fielmente a idéia subjacente". Sublinha Rawls:

> Contudo, o princípio da diferença é uma interpretação do princípio da fraternidade [...], parece corresponder ao significado natural de fraternidade; isto é, à idéia de não se desejarem maiores vantagens, a não ser que isso beneficie aqueles que estão menos bem. (*Ibidem*, p. 101)

Apesar de abandonar a linguagem tradicional da fraternidade, a intenção de Rawls é explícita: introduzir uma fraternidade sistêmica como elemento imprescindível do novo contratualismo. Ele o faz mediante o "princípio da diferença", que deveria traduzir, no seio dos princípios referentes às instituições, a capacidade – característica das relações fraternas – de manter certa igualdade entre os diferentes. Rawls constrói um esquema de cooperação social em que o princípio da diferença "expressa uma concepção de reciprocidade. É um princípio de benefício recíproco" (*Ibidem*, p. 99). Desse modo, pela construção lógica do princípio da diferença, a fraternidade não é mais uma "concepção impraticável", mas um "padrão perfeitamente aceitável", desde que seja no seio da concepção democrática.

Evoco aqui Rawls não para indicá-lo como a solução dos nossos problemas – *A Theory of Justice* foi apenas o início de um de-

bate que dura até hoje –, mas para tentar compreender, mediante o exemplo de um autor fundamental no debate politológico das últimas décadas, que o tema da fraternidade pode ser, ao mesmo tempo, *central* e *oculto*[9].

Hoje, parece maduro o tempo para que se retome a pergunta que começou a insinuar-se aqui e acolá – o rio subterrâneo de que falamos antes –, de maneira ocasional e sob diversas formas, por meio de diversos elementos da reflexão politológica e para dar-lhe uma formulação explícita: *a problemática realização da liberdade e da igualdade, inclusive nos países democráticos mais desenvolvidos, não poderia ser devida justamente ao fato de a idéia de fraternidade ter sido quase que totalmente abandonada?* Em outros termos, os princípios da trilogia francesa poderiam ser comparados às pernas de uma mesa: são necessárias todas as três para que ela se sustente.

E o que implica e que conseqüências traz, hoje, essa questão no âmbito das diversas disciplinas relacionadas, cada uma a seu modo, à política? A pergunta está na origem do presente livro.

Responder hoje à pergunta sobre a fraternidade requer um esforço coordenado e aprofundado por parte dos estudiosos e, ao mesmo tempo, uma disposição para a experimentação por parte dos agentes políticos. Colaboração que não pode ser improvisada nem planejada no escritório; ela nasce da realidade dos fatos, das escolhas de pessoas e de grupos que já estão agindo nesse sentido, começando a oferecer uma amostra de experiências de crescente relevância e das quais alguns dos ensaios publicados neste livro levam em consideração[10]. É urgente desenvolver essa – por

9 Como confirmação da fecundidade de Rawls, justamente a partir do princípio de diferença, Francesco Viola aprofundou originalmente o conceito de "similitude" como interpretação da fraternidade em AA.VV., 2004.

10 E não só, naturalmente, os ensaios deste livro. Não posso, aqui, entrar no mérito dos temas desenvolvidos por Gurutz Jáuregui; pode-se, porém, afirmar que o trabalho em Gurutz Jáuregui, 2004, pelo espaço e pelo papel dados à discussão sobre a fraternidade, vai na ótica desse novo

assim dizer – "pesquisa atuante" ou, observando de uma perspectiva contrária e complementar, "ação que pensa e conhece". Aliás, no caso da fraternidade, a separação entre teoria e prática já foi funesta nos tempos da Revolução, como Antoine sintetiza: a fraternidade foi descartada porque "não podia conviver com a dura lei do Terror" (Antoine, 1981, p. 133). Se a fraternidade não encontra as traduções teoréticas e os caminhos práticos para ser vivida concretamente na dimensão pública e, especialmente, na política, não é de se esperar que ela conserve algum significado que a impulsione para além das relações privadas. E, no trabalho de reconstrução histórica, não é possível se satisfazer com os estudos – por mais qualidade que tenham – já disponíveis. A novidade dos nossos dias consiste justamente na nova necessidade que impele a pergunta: *a fraternidade pode se tornar a terceira categoria política, ao lado da liberdade e da igualdade, para completar e dar novos significados aos fundamentos e às perspectivas da democracia?*

É verdade que os estudos nesse campo devem abordar não só a situação de esquecimento da fraternidade, mas também remover os "escombros" que atrapalham os campos de estudo, produzidos

---

desafio. E mais: já em 1999, Jacques Attali havia sublinhado a difusão da sensação de que vivemos um momento histórico, com o descortinar-se de um horizonte marcado pela fraternidade como nova utopia: utopia em sentido regulador, capaz de se atribuir uma tarefa assim descrita: "um sistema institucional coerente, racionalmente necessário, fundado em novos direitos e capaz de regular problemas muito concretos, como os do desemprego, da degradação do ambiente e da miséria moral" (Attali, 1999, p. 24). Em relação a essa "utopia", segundo Attali, a França teria, em especial, uma missão exemplar, justamente pelo fato de ter inserido "utopias" como a fraternidade no próprio emblema nacional. Ele indica dez pontos concretos em que um governo poderia intervir. Trata-se de objetivos e de temas heterogêneos, mas não examinarei aqui seus conteúdos, com alguns dos quais não concordo. Importa aqui sublinhar seu significado geral, que me parece o de explicitar o desejo de Attali de ver multiplicarem-se as ocasiões e as formas da fraternidade na sociedade.

Ainda em terra francesa, destaquem-se o movimento de opinião e o conjunto das iniciativas suscitadas pelo *Appel à la fraternité*, lançado pelo "coletivo" homônimo, para o qual remetemos ao site www.grandecausefraternite2004.com e www.village-fraternite.org.

Sobre a fraternidade como "a grande esquecida da trilogia republicana", por várias vezes falou também Bruno Mattéi, que se engajou de modo especial no setor pedagógico (cf. 2002; 2003).

pelas interpretações redutivas que a fraternidade teve nos últimos dois séculos e que contribuíram para gerar uma espécie de desconfiança em relação a ela.

Por exemplo, a fraternidade foi vivida – e ainda o é hoje – na forma de uma ligação sectária, no âmbito de organizações secretas, ou que colocam níveis de segredo ao lado de outros de caráter público – como a maçonaria – e que buscam fortalecer sua própria rede de poder econômico e político.

Outro modo de entender a fraternidade que a deturpa é interpretá-la como fraternidade de classe. A história da segunda metade do século XX ofereceu casos em que, em nome de uma proclamada fraternidade, alguns regimes políticos negaram aos outros a liberdade ou, até mesmo, os invadiram, reafirmando uma fraternidade formal. Foi o caso da Hungria e da Tchecoslováquia, cujas tentativas de inovação foram barradas pelos tanques de guerra de países "irmãos"[11].

Essas interpretações da fraternidade não podem ser consideradas como "fraternidades diferentes", ou seja, como interpretações possíveis da fraternidade; são a sua negação. Na verdade, têm em comum o fato de serem excludentes, isto é, de eliminarem grupos humanos do âmbito da fraternidade; negam de fato a dimensão universal da idéia de fraternidade, referindo-se a sujeitos "parciais", como a seita, a classe, a nação, a raça. A universalidade fraterna é, assim, atribuída a um sujeito específico, gerando um curto-circuito ideológico – a má universalidade – que pode produzir algum tipo de desumanização dos adversários, dos que não se enquadram no próprio esquema de salvação; e, assim, ela se autodestrói. Desse ponto de vista, a parábola da fraternidade na

11 Pude constatar diretamente a deformação do conceito de fraternidade provocada pelo aparato ideológico nos países do Leste Europeu. Numa série de conferências e encontros públicos dedicados ao aprofundamento do tema da fraternidade na política, em Praga (República Tcheca) e Bratislava (Eslováquia), em 2001, as primeiras participações do público eram sempre marcadas pela desconfiança e obrigavam-me a tentar dirimir as dúvidas sobre o significado do termo.

Grande Revolução, desde seu surgimento em 1789 até sua autodestruição, como fraternidade *sans-culottes* e jacobina em 1794, é paradigmática[12].

Gostaria de salientar que a ideologicidade não pertence, exclusivamente, a uma única cultura política: as lições da história nos fazem cientes da possibilidade de qualquer pensamento degenerar ideologicamente. De fato, não tivemos apenas um "89"; houve um segundo, o "89" do século XIX, uma espécie de Idade do Ferro da política, idade das ideologias nacionalistas que, desembocando no grande massacre de 1914-18, se arrastou pelas duas décadas seguintes. E nossa memória não termina aí: hoje, falamos após um "terceiro 89", ano da queda do muro de Berlim, a mais recente grande chance que a história nos deu de abandonarmos o terreno ideológico da ilusão e tomarmos o caminho real da esperança; chance em grande parte perdida, a julgar pelas novas e poderosas formas ideológicas que continuam a contrapor liberdade e igualdade, prisioneiras de uma dicotomia da qual não conseguem se livrar.

A fraternidade, no entanto, no decorrer da história, foi adquirindo um significado universal, chegando a identificar o sujeito ao qual ela pode referir-se plenamente: o sujeito "humanidade" – comunidade de comunidades –, o único que garante a completa expressão também aos outros dois princípios universais, a liberdade e a igualdade. Os problemas relativos à universalidade dos princípios democráticos, à sua exigência constitutiva de serem

12 Não me parece que se encontre suficiente consciência de tais riscos no trabalho de Antoni Domènech (2004). Domènech repropõe o esquema ideológico de uma fraternidade exclusivamente jacobina, que encontraria, depois, seu herdeiro natural no socialismo oitocentista. A tese principal de Domènech, sobre a fraternidade como superação dos vínculos de subordinação familial típicos do *Ancien Régime*, suscita interesse e desejo de aprofundamento; mas é fraca a base histórica na leitura da Revolução Francesa; além disso, não é cientificamente aceitável o fechamento – que de outra maneira só se poderia definir como "dogmática" – em relação à tradição estadunidense, ignorando a rica bibliografia que ela oferece, seja quanto à superação das "escravidões", seja quanto ao papel da fraternidade na história moderna do continente norte-americano.

aplicados a um sujeito igualmente universal, ao seu "sofrimento" devido ao fato de terem ficado "presos" dentro de uma dimensão estatal, às diversas formas – inclusive institucionais – que poderiam assumir mediante um reflorescimento nas diversas culturas, têm estado presentes nos debates suscitados no Ocidente – somente para dar apenas alguns exemplos – por conta dos temas tradicionalmente postos pelo federalismo, pelo conflito da "guerra fria", pelos problemas ligados ao multiculturalismo. Temas que, hoje, precisam ser retomados, aprofundados, vistos inclusive sob a ótica da fraternidade.

Ainda, a fraternidade teve certa aplicação política, embora parcial, com a idéia da "solidariedade". Tivemos um progressivo reconhecimento dos direitos sociais em alguns regimes políticos, dando origem a políticas do bem-estar social, ou seja, a políticas que tentaram realizar a dimensão social da cidadania. De fato, a solidariedade dá uma aplicação parcial aos conteúdos da fraternidade. Mas esta, creio eu, tem um significado específico que não pode ser reduzido a todos os outros significados, ainda que bons e positivos, pelos quais se procura darlhe uma aplicação. Por exemplo, a solidariedade – tal como historicamente tem sido muitas vezes realizada – permite que se faça o bem aos outros embora mantendo uma posição de força, uma relação "vertical" que vai do forte ao fraco. A fraternidade, porém, pressupõe um relacionamento "horizontal", a divisão dos bens e dos poderes, tanto que cada vez mais se está elaborando – na teoria e na prática – a idéia de uma "solidariedade horizontal", em referência à ajuda recíproca entre sujeitos diferentes, seja pertencentes ao âmbito social, seja do mesmo nível institucional. A verdade é que algumas formas de "solidariedade horizontal" tiveram como se desenvolver por meio de movimentos históricos concretos, no âmbito das organizações sociais, de defesa dos direitos humanos e, em particular, dos direitos dos trabalhadores, e também como iniciativas econômicas.

Pensemos no movimento cooperativo e na economia social, que se desenvolveu nas últimas décadas[13].

Concluindo, considero que é possível dizer que a fraternidade assume uma dimensão política adequada – sendo, portanto, intrínseca ao próprio processo político, e não estranha ou a ele aplicada como algo externo, somente se se realizam pelo menos duas importantes condições:

a primeira: a fraternidade passa a fazer parte constitutiva do critério de decisão política, contribuindo para determinar, junto com a liberdade e a igualdade, o método e os conteúdos da própria política;

a segunda: consegue influir no modo como são interpretadas as outras duas categorias políticas, a liberdade e a igualdade. Deve-se, de fato, garantir uma interação dinâmica entre os três princípios, sem deixar de lado nenhum deles, em todas as esferas públicas: a política econômica (decisões sobre investimentos, distribuição dos recursos), o legislativo e o judiciário (equilíbrio dos direitos entre pessoas, entre pessoas e comunidades, entre comunidades) e o internacional (para responder às exigências das relações entre os Estados, bem como para enfrentar os problemas de dimensão continental e planetária).

Os ensaios que compõem o presente volume pertencem a disciplinas diferentes, mas tentam abrir pistas de reflexão justamente nessa direção, sondando as possibilidades da fraternidade como categoria política. O livro começa com uma fundamentação em chave de filosofia política e de história das doutrinas políticas, para entrar em seguida nos campos da ciência política, do direito

13 Destaque-se, em especial, o desenvolvimento da idéia e das práticas da economia "civil" (Bruni & Zamagni, 2004; Bruni & Pelligra, 2002); entre os fenômenos mais interessantes nesse contexto há, certamente, a "economia de comunhão".

constitucional, do direito e da política internacionais; analisam-se o fundamento teológico da fraternidade e a sua relação com a comunicação: cada um desses campos é, a seu modo, central e irrenunciável[14].

Não considero que esses ensaios sejam portadores de respostas definitivas; na maioria dos casos, sequer de respostas. Pessoalmente, eu me daria por satisfeito se apenas conseguisse apresentar perguntas corretas, ou seja, articular a questão relativa à fraternidade de maneira correta, partindo do interior e com a linguagem própria de cada disciplina, abrindo, assim, para cada uma delas um horizonte que elas possam considerar possível – ainda que distante.

14 Os autores dos artigos da presente coleção tiveram em boa parte como interagir entre si, em uma ou mais ocasiões que, nos últimos anos, viram o aquecimento do debate sobre a fraternidade, inclusive no campo acadêmico, a partir do Congresso de Porto Príncipe de 2002. Remeto ao *site* www.tonyweber.org, seja para uma informação sobre os congressos organizados, na Itália e no exterior, sobre o tema da fraternidade como categoria política, seja para o acesso a textos *on-line*.